

# Contas difíceis de interpretar

Este ano, quase um milhão de alunos, praticamente um terço do total matriculado em escolas particulares de primeiro grau do País, receberam bolsas de estudo, o que significa gastos públicos de cinco bilhões e o ministro Chiarelli já manifestou a intenção de triplicar, a curto prazo, as aplicações do salário-educação nas escolas particulares, para “desafogar o Estado”. Isso tudo, apesar da determinação expressa da Constituição Federal, que considera o salário-educação como um recurso destinado exclusivamente à educação pública.

De fato, tais gastos — e principalmente as perdas — prejudicam o ensino público, responsável pela educação de cerca de 25 milhões de crianças em todo o País. Já preocupam até mesmo as autoridades do Tribunal de Contas da União: o TCU emitiu, no início do ano passado, um parecer sobre o assunto, em relatório de inspeção ordinária, no sentido de que fossem adotadas providências para manter efetivo controle sobre a liberação de recursos, bem como das prestações de contas.

A preocupação é plenamente justificada. Os critérios de distribuição de recursos pelo FNDE são considerados “misteriosos e enigmáticos”, pela maioria dos secretários estaduais de educação. E, as contas, envolvendo recursos vultosos, mostram-se quase sempre de difícil interpretação.

O professor Jacques Velloso, da Universidade de Brasília, um dos mais aplicados estudiosos do assunto, afirma que o crônico hábito do Estado de sonegar informações “transformou o estudo do financiamento numa densa floresta tropical, dificilmente penetrável”. Velloso acredita que isso desestimulou estudos.

De fato, na dança dos números de 1989, por exemplo, as contas do salário-educação, apresentadas pelo próprio MEC, não permitem descobrir o destino de quase 20 por cento dos NCz\$ 3,7 bilhões (1,3 bilhão de dólares) arrecadados. Consumido deste modo, o salário-educação passa a pesar, apenas, como mais uma forma de tributação.